



CONCURSO PÚBLICO

41. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL IV
(ÁREA DE ATUAÇÃO: ADMINISTRATIVA)

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, QUE SE ENCONTRA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



CONCURSO PÚBLICO

41. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL IV
(ÁREA DE ATUAÇÃO: ADMINISTRATIVA)

| QUESTÃO | RESPOSTA |
|---------|--|
| 01 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 02 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 03 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 04 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 05 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |

| | |
|----|--|
| 06 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 07 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 08 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 09 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 10 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |

| | |
|----|--|
| 11 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 12 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 13 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 14 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 15 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |

| QUESTÃO | RESPOSTA |
|---------|--|
| 16 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 17 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 18 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 19 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 20 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |

| | |
|----|--|
| 21 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 22 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 23 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 24 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 25 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |

| | |
|----|--|
| 26 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 27 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 28 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 29 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |
| 30 | <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 01.** Entre os princípios básicos que inspiram as melhores práticas de governança corporativa e que também se aplicam às entidades públicas governamentais, pode-se destacar a transparência, a equidade, a *accountability* e a responsabilidade corporativa. De acordo com o princípio da *accountability*,
- (A) mais do que a obrigação de informar, os agentes devem cultivar o desejo de informar.
 - (B) deve ser dado um tratamento justo e igualitário a todos os grupos, minoritários ou majoritários.
 - (C) os agentes devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeram ou a quem representam.
 - (D) os agentes devem zelar pela perenidade das organizações, com ações de longo prazo que visem à sustentabilidade.
 - (E) a contabilidade deve direcionar todas as ações dos agentes.
- 02.** Em relação aos estágios da despesa pública, pode-se afirmar que
- (A) o empenho é o segundo estágio da despesa pública.
 - (B) o empenho é a garantia de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.
 - (C) o empenho é a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
 - (D) a liquidação é o último estágio da despesa pública.
 - (E) a liquidação caracteriza-se pela emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor.
- 03.** Na esfera governamental, o planejamento e o orçamento são realizados com o auxílio de regras instituídas a partir da Constituição de 1988. Partindo do plano operacional para o estratégico, a sequência de regras que dita o planejamento e o orçamento pode ser descrita como
- (A) o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.
 - (B) o plano plurianual, a lei orçamentária anual e a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (C) a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e o plano plurianual.
 - (D) a lei orçamentária anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.
 - (E) a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- 04.** Na atividade particular, tudo o que não está proibido é permitido; na Administração Pública, tudo o que não está permitido é proibido. Essa afirmação refere-se ao princípio da Administração Pública:
- (A) Moralidade.
 - (B) Finalidade.
 - (C) Permissividade.
 - (D) Parcialidade.
 - (E) Legalidade.
- 05.** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A composição e a representação desses órgãos seguem as seguintes regras:
- (A) A representação na Câmara dos Deputados é proporcional à população dos Estados, sendo um mínimo de oito representantes e um máximo de setenta representantes por Estado.
 - (B) A representação no Senado Federal é paritária, desse modo, todos os Estados têm direito ao mesmo número de senadores, no caso brasileiro, são dois por Estado.
 - (C) A representação no Senado Federal é paritária, desse modo, todos os Estados têm direito a um número de senadores de acordo com a importância econômica de cada Estado.
 - (D) a Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados e do Distrito Federal, e o Senado Federal é composto por representantes da população.
 - (E) A representação na Câmara dos Deputados é proporcional à população dos Estados, sendo um mínimo de dez representantes e um máximo de quarenta representantes por Estado.
- 06.** Quanto à categoria econômica, as despesas públicas podem ser classificadas como despesas correntes e despesas de capital. Nesse contexto, pode-se afirmar que
- (A) as despesas correntes são compostas pelas despesas de custeio e pelas inversões financeiras.
 - (B) despesas correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral.
 - (C) despesas de capital são compostas pelas despesas de custeio e pelos investimentos.
 - (D) as obras de conservação e adaptação de bens imóveis são consideradas despesas de capital.
 - (E) a amortização da dívida pública é considerada uma despesa corrente.

- 07.** Os restos a pagar são parte da dívida pública, enquadrados no grupo da dívida fluante. A respeito dos restos a pagar, pode-se dizer que
- (A) correspondem a valores da despesa liquidada e não paga ao final do exercício financeiro de emissão do empenho.
 - (B) são considerados processados quando já transcorreu o estágio do empenho da despesa.
 - (C) são considerados não processados quando ainda não transcorreu o estágio do empenho da despesa.
 - (D) são considerados não processados quando ainda não transcorreu o estágio do pagamento da despesa.
 - (E) correspondem a valores da despesa empenhada e não paga ao final do exercício financeiro de emissão do empenho.
- 08.** A Contabilidade Geral ocupa-se de preparar os dados das organizações para a apresentação dos resultados da empresa. Os demonstrativos obrigatórios que as empresas anônimas devem apresentar são:
- (A) balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício e demonstração de origens e aplicação de recursos.
 - (B) balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício e demonstração do fluxo de caixa.
 - (C) balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício e demonstração de mutações do patrimônio líquido.
 - (D) balanço financeiro, demonstração de lucros e prejuízos acumulados e demonstração do fluxo de caixa.
 - (E) balanço financeiro, demonstração de lucros e prejuízos acumulados e demonstração do fluxo de caixa.
- 09.** O capital circulante líquido é resultado da diferença entre o ativo e o passivo circulante de uma organização. Sendo assim, para que haja um aumento no capital circulante líquido, será necessário(a) um(a)
- (A) diminuição do patrimônio líquido.
 - (B) aumento no exigível a longo prazo e no ativo permanente.
 - (C) aumento no ativo permanente e no patrimônio líquido.
 - (D) aumento no exigível a longo prazo e uma diminuição do patrimônio líquido.
 - (E) diminuição do ativo permanente.
- 10.** O sistema de custeio por absorção e o sistema de custeio variável são os sistemas mais utilizados para a apropriação dos custos nas organizações. Entre as vantagens de um sistema de custeio variável, pode-se destacar que
- (A) está de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e as leis tributárias.
 - (B) pode ser menos custoso, pois não requer a separação entre custos fixos e variáveis.
 - (C) são aceitos para a preparação das demonstrações contábeis de uso externo.
 - (D) permite reduzir a arbitrariedade no rateio dos custos indiretos.
 - (E) permite atribuir o custo a cada atividade e posteriormente aos produtos.
- 11.** A dispensa da licitação e a inexigibilidade de licitação são previstas na lei das licitações, possibilitando a ocorrência de contratação pelo setor público sem a obrigatoriedade da licitação. O que diferencia essas duas ocasiões é que
- (A) a dispensa de licitação é um meio legal para que os concorrentes realizem contratações diretamente com a administração pública, sem participar do processo licitatório para qualquer tipo de obras e serviços, ao passo que a inexigibilidade da licitação, apesar de também apresentar a mesma previsão legal, somente pode ocorrer para situações emergenciais como calamidade pública ou guerra.
 - (B) na dispensa de licitação, existe a possibilidade de competição que justifique uma licitação, mas a lei permite ou não ocorrer a dispensa, enquanto que, nos casos de inexigibilidade de licitação, não é possível haver competição, pois existe apenas um concorrente que atende as necessidades da administração, tornando a licitação inviável.
 - (C) na dispensa de licitação, existe a possibilidade de competição que justifique uma licitação, mas a lei obriga ocorrer a dispensa, enquanto que, nos casos de inexigibilidade de licitação, é possível haver competição, pois existe apenas mais de um concorrente que atende as necessidades da administração, tornando a licitação inviável.
 - (D) na inexigibilidade de licitação, existe a possibilidade de competição que justifique uma licitação, mas a lei permite que ocorra a dispensa, enquanto que, nos casos de dispensa de licitação, não é possível haver competição, pois existe apenas uma pessoa ou objeto que atende as necessidades da administração, tornando a licitação inviável.
 - (E) Não há diferença entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação, os termos são sinônimos para a lei das licitações.

12. O Sistema de Registro de Preços pode ser definido como um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens pelos órgãos da administração pública. Sobre esse Sistema, pode-se afirmar que
- (A) o número de contratos da administração pública com os fornecedores tende a aumentar.
 - (B) os preços praticados para a contratação de serviços e aquisição de bens pela administração pública devem ser mais diversificados.
 - (C) a administração pública fica obrigada a contratar e adquirir a totalidade dos bens ou serviços estimados na licitação.
 - (D) o número de licitações necessárias realizadas pela administração pública tende a aumentar.
 - (E) os preços estipulados na licitação poderão ser utilizados por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do processo licitatório.
13. Os documentos de mais alta hierarquia no sistema de planejamento de qualquer ente público sob o qual todos os demais planos e programas devem subordinar-se às diretrizes, objetivos e metas neles estabelecidos, respectivamente para a União, Estados e Municípios, são:
- (A) Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica.
 - (B) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
 - (C) Constituição Federal, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual.
 - (D) Plano Plurianual, Plano Plurianual e Plano Plurianual.
 - (E) Plano Plurianual, Constituição Estadual e Lei Orgânica.
14. De acordo com a Lei n.º 10.520/02, o pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns,
- (A) promovida exclusivamente no âmbito da União, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
 - (B) promovida exclusivamente no âmbito da União e dos Estados, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
 - (C) definidos em lei, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, independentemente de qual seja o valor estimado da contratação ou da qualidade do ente da administração ou licitador.
 - (D) definidos em lei, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, com valores mínimos e máximos estimados de contratação, independentemente da qualidade do ente da administração ou licitador.
 - (E) promovida exclusivamente no âmbito da administração direta, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
15. A fase externa do pregão, em sua forma eletrônica, deve ser iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para a contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:
- (A) até R\$ 500.000,00, no Diário Oficial da União e na Internet.
 - (B) até R\$ 650.000,00, no Diário Oficial da União, na Internet e em jornal de grande circulação local.
 - (C) acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000, no Diário Oficial da União, na Internet e em jornal de grande circulação local.
 - (D) acima de R\$ 650.000,00 até R\$ 1.300.000, no Diário Oficial da União, na Internet e em jornal de grande circulação local.
 - (E) acima de R\$ 1.000.000,00, no Diário Oficial da União, na Internet e em jornal de grande circulação nacional.
16. De acordo com a Lei n.º 8.666/93, o Recurso Administrativo, no procedimento de licitação,
- (A) só é previsto nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite.
 - (B) só é previsto na forma de recurso, representação e pedido de reconsideração.
 - (C) deve ser interposto no prazo de 10 dias úteis a partir da lavratura da ata.
 - (D) está previsto em qualquer forma e para quaisquer modalidades de licitação.
 - (E) está previsto em qualquer forma somente para a modalidade de licitação de tomada de preços.
17. O Programa Nacional de Desburocratização, instituído pelo governo federal, destinado a dinamizar e simplificar o funcionamento da administração pública federal, teve como objetivo
- (A) permitir o crescimento da máquina administrativa federal, mediante o estímulo à execução indireta, utilizando-se, sempre que praticável, o contrato com empresas privadas capacitadas e o convênio com órgãos estaduais e municipais.
 - (B) incentivar a privatização das empresas estatais como forma de aumentar a eficiência dos serviços públicos.
 - (C) substituir, sempre que praticável, o acompanhamento da execução e o esforço da fiscalização pelo controle prévio, para a identificação e correção dos eventuais desvios, fraudes e abusos.
 - (D) fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a pequena e média empresa e consolidando a grande empresa privada.
 - (E) promover a interferência do governo na atividade do cidadão e do empresário e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária.

18. A evolução da administração pública passou por três modelos teóricos principais. São características desses modelos:
- (A) a administração pública gerencial entende que os estados contemporâneos são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas podem formular e implementar políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades.
 - (B) a administração pública burocrática designa um método de organização racional e eficiente, baseando-se no controle das atividades e dos abusos, como maneira de evitar a corrupção e o nepotismo.
 - (C) o único modelo existente no mundo contemporâneo é o da administração pública gerencial.
 - (D) a administração pública gerencial surge para combater a administração pública patrimonialista, caracterizada pelo nepotismo e pela corrupção.
 - (E) a administração pública patrimonialista, embora possua o grande mérito de ser efetiva no controle dos abusos, corre o risco de transformar o controle no único fim do estado, desvirtuando-se de sua missão básica de atender aos cidadãos.
19. Em 1995, o governo brasileiro criou as bases para o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Dentre os objetivos globais desse Plano, pode-se apontar:
- (A) transformar as autarquias e fundações que possuem poder de estado em agências autônomas, segundo um contrato de gestão.
 - (B) fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, visando ao seu controle social.
 - (C) implantar contratos de gestão nas empresas que puderem ser privatizadas.
 - (D) transferir parcialmente da União para os Estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os Estados e a União.
 - (E) reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que foram privatizados.
20. Em relação à modalidade de licitação convite, pode-se afirmar que
- (A) é a única modalidade em que a lei não exige a publicação de edital.
 - (B) é a modalidade realizada entre interessados previamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - (C) na fase de habilitação, a administração examina, por meio dos documentos exigidos no edital, se o concorrente apresenta as condições necessárias de idoneidade para ter sua proposta apreciada.
 - (D) ao contrário das outras modalidades, a escolha da proposta é feita antes da análise da documentação.
 - (E) deve ser realizada entre, no mínimo, cinco interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados pela administração.
21. São sanções administrativas que a administração pública pode aplicar sobre os particulares que firmam contratos com entes públicos, previstas na Lei n.º 8.666/93:
- (A) multa, suspensão temporária, exclusão do licitante e declaração de inidoneidade.
 - (B) advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade.
 - (C) advertência, suspensão parcial, suspensão total e exclusão do licitante.
 - (D) multa, suspensão parcial, suspensão condicional e exclusão do licitante.
 - (E) advertência, multa, suspensão condicional e declaração de inidoneidade.
22. O princípio constitucional do direito administrativo que determina que a probidade dentro da administração pública seja uma diretriz a ser seguida é conhecido como princípio da
- (A) Improbidade.
 - (B) Moralidade.
 - (C) Isonomia.
 - (D) Legalidade.
 - (E) Probidade.
23. Dentre os princípios fundamentais do direito constitucional, pode-se citar
- (A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (B) a soberania e a igualdade social.
 - (C) a cidadania e o desenvolvimento social.
 - (D) os valores sociais do trabalho e a igualdade social.
 - (E) a redução das desigualdades e a livre iniciativa.
24. A necessidade de um sistema regulador eficiente é fundamental na medida em que as privatizações das empresas chegam à prestação de serviços públicos. Neste contexto, o Estado assume novas funções. Dessa forma,
- (A) o Estado não desaparece, apenas muda de figura, deixando de cumprir o papel de produtor do serviço e passando a assumir a responsabilidade de regulador, ou seja, de fiscalizador dos serviços por meio de suas agências reguladoras.
 - (B) o Estado assume um papel estratégico em relação aos principais serviços públicos, não permitindo que o capital estrangeiro domine as principais empresas do setor.
 - (C) as empresas privatizadas tornam-se as propulsoras da economia, produzindo desde energia elétrica até petróleo e seus derivados.
 - (D) o Estado cria agências reguladoras para fiscalizar e acompanhar a prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, sendo que a primeira agência criada foi a Agência Nacional do Petróleo (ANP), em agosto de 1997.
 - (E) o Estado mantém sua participação em todas as empresas privatizadas prestadoras de serviços públicos, como forma de manter o controle sobre os preços e as quantidades produzidas.

25. Entre as principais preocupações da administração financeira, pode-se destacar os investimentos, os financiamentos, a política de dividendos e a liquidez. A política de dividendos refere-se à
- (A) capacidade de pagamento de contas no curto prazo.
 - (B) compra de ativos de longo prazo para projetos de expansão.
 - (C) destinação dos lucros.
 - (D) captação de recursos de longo prazo.
 - (E) forma de parcelamento das dívidas.
26. Classifique as frases seguintes como verdadeiras ou falsas, baseadas na seguinte afirmação:
- “Principais razões para resistência à mudança”.
- () Inércia: as pessoas não gostam de mudar de *status quo*.
 - () *Timing* (momento oportuno): as pessoas muitas vezes resistem às mudanças por considerarem o momento inoportuno.
 - () Surpresa: se a mudança for repentina, inesperada ou extrema, a resistência pode representar a reação inicial.
 - () Pressão dos pares: algumas vezes, as equipes de trabalho resistem às novas ideias.
- (A) VFFV.
 - (B) VVVF.
 - (C) VVVV.
 - (D) FVVV.
 - (E) VFVF.
27. São considerados os principais alvos ou resultados finais relacionados com a sobrevivência, o valor e o crescimento de longo prazo da organização:
- (A) metas estratégicas.
 - (B) indicadores de desempenho.
 - (C) planejamento operacional.
 - (D) visão estratégica.
 - (E) resultados internos.
28. Philip Crosby, especialista em qualidade, afirma que as empresas perdem 25% do total de suas vendas por causa de problemas relativos à baixa qualidade de seus produtos. O principal objetivo de um programa de qualidade total é:
- (A) seguir regulamentos e regras rígidas.
 - (B) desenhar sistemas formais de controle, regras de hierarquia, por meio de inspetores de controle de qualidade e tecnologias de controle.
 - (C) fazer com que cada colaborador da empresa seja responsável por seu próprio desempenho e que todos se comprometam a atingir a qualidade de maneira altamente motivada.
 - (D) aceitar os erros como um processo de aprendizagem e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos produtos e serviços das empresas.
 - (E) diminuir as barreiras hierárquicas, visando facilitar a realização das mudanças e, conseqüentemente, o programa de qualidade total promoverá a integração e eficiência dos resultados organizacionais.
29. A organização bem sucedida é aquela que aprende eficazmente. A habilidade de aprender mais rápido que os concorrentes pode ser a única vantagem competitiva sustentável. Quando a competitividade é encorajada, as pessoas se tornam capazes de
- (A) crescer na empresa e desenvolver uma ampla rede de relacionamentos.
 - (B) aprimorar os conhecimentos e, dessa forma, garantir a empregabilidade.
 - (C) compreender a missão da empresa e, conseqüentemente, disseminá-la a todos os níveis organizacionais.
 - (D) desenvolver novas competências, adquirir novos insights, visualizar novos horizontes e sentir-se recompensada pelo seu trabalho.
 - (E) influenciar o processo corporativo de tomada de decisões para determinar quais são os valores que afetam seus parceiros e demais *stakeholders*.
30. De acordo com Weick, a administração é ligada aos processos de compreensão de experiências passadas. Toda compreensão se origina na reflexão e no exame do passado. Essa escola da administração é conhecida como Escola
- (A) empreendedora.
 - (B) do aprendizado.
 - (C) da configuração.
 - (D) da inovação.
 - (E) da burocracia profissional.